

# Análise da formação do complexo social e econômico da Amazônia brasileira no período colonial (1612-1822) (Paper 590)



*Eduardo José Monteiro da Costa<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo procura analisar as principais características da formação do complexo social e econômico da Amazônia brasileira no período colonial (1612 – 1822), entendendo que o processo histórico envolve elementos multidimensionais de caráter cultural, social, político e econômico, interconectados e interdependentes no tempo e espaço. Parte do pressuposto de que a espacialidade do desenvolvimento e a dependência de trajetória somente podem ser melhor compreendidas ao se analisar por meio de camadas históricas sucessivas a forma como as elites, em especial as políticas e econômicas, tornaram os seus projetos hegemônicos, moldaram a ordem social e as características de funcionamento do Estado e estabeleceram mecanismos de controle da violência. Assim, valendo-se de um aporte neoinstitucionalista, divide-se em três partes: (i) a primeira apresenta uma breve síntese dos apontamentos mais gerais da perspectiva analítica neoinstitucionalista, destacando a relação entre instituições, elites e desenvolvimento; (ii) a segunda descreve as características mais gerais da dinâmica econômica da Amazônia colonial, enfocando a formação institucional regional e o ciclo das drogas do sertão; (iii) a terceira enfoca a relação entre as elites, a formação da coalizão dominante e o controle da violência.

**Palavras-chave:** Amazônia colonial. Elites. Drogas do sertão.

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA. E-mail: ejmcufpa@gmail.com.

## **ABSTRACT**

This article seeks to analyze the main characteristics of the formation of the social and economic complex of the Brazilian Amazon during the colonial period (1612–1822), understanding that the historical process involves multidimensional elements of a cultural, social, political, and economic nature, interconnected and interdependent in time and space. It assumes that the spatiality of development and path dependence can only be better understood by analyzing, through successive historical layers, the way in which elites, especially political and economic elites, made their projects hegemonic, shaped the social order and the characteristics of the functioning of the State, and established mechanisms for controlling violence. Thus, drawing on a neoinstitutionalist approach, it is divided into three parts: (i) the first presents a brief summary of the most general notes from the neoinstitutionalist analytical perspective, highlighting the relationship between institutions, elites, and development; (ii) the second describes the most general characteristics of the economic dynamics of the colonial Amazon, focusing on regional institutional formation and the drug cycle in the sertão; (iii) the third focuses on the relationship between elites, the formation of the dominant coalition and the control of violence.

**Keywords:** Colonial Amazon. Elites. Drugs from the backlands.

## INTRODUÇÃO

A análise da dinâmica de conformação histórica-institucional de um complexo social (país ou região) é fundamental para a compreensão de sua dependência de trajetória, ou seja, para desvelar os fatores que condicionaram a espacialidade do seu desenvolvimento (ou subdesenvolvimento). Caracterizado por sua continuidade, o processo histórico envolve elementos multidimensionais de caráter cultural, social, político e econômico, interconectados e interdependentes no tempo e espaço. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não são, dessa forma, acidentes históricos, mas resultado de escolhas de natureza sociopolítica e econômica, conscientes ou não, condicionadas pela cosmovisão social, que priorizaram interesses e projetos de poder, produziram eventos e moldaram a matriz institucional social.

Nesse sentido, a espacialidade do desenvolvimento somente pode ser melhor compreendida ao se analisar, por meio de camadas históricas sucessivas, a forma como as elites, em especial as políticas e econômicas, tornaram os seus projetos hegemônicos, moldaram a ordem social e as características de funcionamento do Estado e estabeleceram mecanismos de controle da violência. A análise desse processo é o mote da historiografia econômica, ao menos no campo da Nova Economia Institucional, um de seus mais influentes ramos de pesquisa contemporâneos, tendo como estudos seminais: North (1990; 1993; 2005), North; Wallis; Weingast (2009a; 2009b), Acemoglu; Jonson; Robinson (2001) e Acemoglu; Robinson (2006; 2012; 2020).

Com base nisso, entende-se que, para melhor compreender as raízes do subdesenvolvimento da Amazônia brasileira, é necessária a realização de uma análise historiográfica que remeta ao estudo de sua conformação institucional e à compreensão da forma como a sua ordem social foi moldada ao longo de diversos períodos históricos, mediante camadas históricas sucessivas e derivadas. Portanto, aplicando um recorte epistemológico e procurando traçar elementos mais gerais que expliquem a natureza e a origem da dinâmica de subdesenvolvimento atualmente existente na região, este artigo objetiva analisar a dinâmica econômica prevalente na Amazônia colonial, procurando entender a forma de participação das elites e como elas influenciaram o Estado a limitar o acesso ao sistema econômico, promovendo a modelagem de uma ordem de acesso limitada (North; Wallis; Weingast, 2009a; 2009b; Costa; Borja, 2023a; 2023b).

Ou seja, partindo da hipótese de que a atual ordem social amazônica (de acesso limitado) tem a sua origem na dinâmica de formação econômica colonial, a análise tem como recorte espacial a formação do espaço colonial português que se sobrepõe à atual Amazônia brasileira. Em termos temporais, está circunscrita ao período colonial, que se estende da chegada dos primeiros europeus até 1822, quando ocorreu a independência do Brasil. Em termos teóricos, utilizará a perspectiva neoinstitucionalista (North, Wallis e Weingast, 2005; 2006; 2009a; 2009b; North et al., 2007; 2012; 2013; Cox, North e Weingast, 2019; Acemoglu; Jonson; Robinson, 2001; Acemoglu; Robinson, 2006; 2012; 2020), um referencial teórico instigante e ainda pouco explorado na análise da historiografia econômica brasileira e, sobretudo, amazônica. E, dentro dessa perspectiva, empregará como método a análise de tramas apresentada na proposta da matriz analítica de desenvolvimento regional proposta por Costa e Borba (2023b).

Para atingir o objetivo colimado, esse artigo está dividido em três partes, além dessa breve introdução e da conclusão. O primeiro item apresenta uma breve síntese dos

apontamentos mais gerais da perspectiva analítica neoinstitucionalista utilizada no artigo, destacando a relação entre instituições, elites e desenvolvimento. O segundo descreve as características mais gerais da dinâmica econômica da Amazônia colonial, enfocando a formação institucional regional e o ciclo das drogas do sertão. O terceiro enfoca a relação entre as elites, a formação da coalizão dominante e o controle da violência.

## **INSTITUIÇÕES, ELITES E DESENVOLVIMENTO: BREVES NOTAS SOBRE A PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA**

No ano de 2024, o Prêmio Sveriges Riksbank em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 2024 foi concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson. Já são 11 ganhadores do Nobel citados por trabalhos em economia institucional (amplamente definida): Gunnar Myrdal (1974), Friedrich A. Hayek (1974), Herbert A. Simon (1978), James M. Buchanan (1986), Ronald H. Coase (1991), Douglass C. North (1993), Oliver E. Williamson (2009), Elinor Ostrom (2009), James A. Robinson (2024), Daron Acemoglu (2024) e Simon Johnson (2024).

No campo da Nova Economia Institucional, que engloba parte importante desses autores, indiscutivelmente o estudo seminal foi apresentado por Ronald Coase em 1937, quando ele apresentou o conceito de custos de transação. Contudo, no campo da historiografia econômica e na teoria do desenvolvimento, a perspectiva teórica proposta por North (1990), aperfeiçoada em produção conjunta com outros autores na Teoria das Ordens Sociais - TOS (North; Wallis; Weingast, 2009a; 2009b), e por Acemoglu, Jonson e Robinson (2001) e Acemoglu e Robinson (2012; 2020), está se constituindo como um campo promissor de análise, permitindo, inclusive, uma nova leitura da produção historiográfica com uma perspectiva que pode contribuir para a compreensão das trajetórias de desenvolvimento e subdesenvolvimento das sociedades.

### **A contribuição da Teoria das Ordens Sociais e a Matriz de Análise do Desenvolvimento Regional**

Não obstante, apesar do reconhecimento e da influência exercida por este aporte, havia uma percepção por alguns pesquisadores do campo neoinstitucionalista de que era necessário ir além, aprimorando a análise das conexões culturais, políticas e econômicas.

Neste sentido, North, Wallis e Weingast (2009a; 2009b)<sup>2</sup> percebiam que: (i) algumas premissas careciam de melhor compreensão, essencialmente os condicionantes da organização de uma sociedade capazes de conceber trajetórias históricas diferenciadas e não lineares (não teleológicas); (ii) a problemática da violência precisava ser incorporada e a dinâmica política mais bem trabalhada, particularmente elementos relacionados à liberdade, garantia de direitos individuais, limitação do poder discricionário dos governantes, atuação dos grupos sociais e das elites, bem como a dinâmica de apropriação

2 North, Wallis e Weingast (2009a; 2009b) são documentos seminais na apresentação da TOS. Contudo, outros documentos são importantes como leituras complementares: North, Wallis e Weingast (2005; 2006; 2007); North et al. (2012); North et al. (2013); Cox, North e Weingast (2019). Para uma síntese desse aporte teórico, recomenda-se: Costa; Borba (2023a).

de rendas; (iii) tornava-se necessário oferecer uma melhor compreensão do processo de conformação e atuação do Estado.

É nesse contexto que os autores apresentam uma nova proposta de conformação de ordens sociais – Ordens Primitivas (OP), Ordens de Acesso Limitado (OAL) e Ordens de Acesso Aberto (OAA) –<sup>3</sup>, ocasião em que são apresentadas suas respectivas características e fatores que permitem a conformação de cada estágio civilizacional, ao mesmo tempo em que permitem compreender de que forma explicam a geografia do desenvolvimento através de diferentes padrões sociais. Neste desiderato, pontos relevantes estão: (i) na identificação das características das organizações e na forma como se inter-relacionam; (ii) na formação cultural por meio da caracterização das crenças individuais e coletivas; (iii) no processo de modelagem do Estado; e (iv) na compreensão do papel desempenhado pelas elites, em especial as políticas e econômicas.

Especificamente no tocante ao papel das elites, a TOS procura explicar a forma como, em diversas ordens sociais, os membros da coalizão dominante (ou seja, elites econômicas, políticas, religiosas, militares e educacionais) se utilizam de seus privilégios exclusivos para criar renda e assegurar a manutenção da hegemonia. Numa OAL, isso ocorre através de restrições no campo econômico e social. Essas restrições, além de limitar o acesso aos recursos (terra, trabalho e capital) e às atividades (como comércio, educação e religião), estabelecem monopólios e barreiras à entrada de novos agentes, impedindo a formação de mercados competitivos e, conseqüentemente, o crescimento econômico sustentado. Todavia, é o processo de criação de renda derivado destas restrições que fornece o amálgama que mantém a coalizão dominante unida, na medida em que permite que os grupos participantes da coalizão dominante assumam compromissos críveis para apoiar a estrutura de governança, desempenhar os seus papéis e suprimir a violência (North; Wallis; Weingast, 2009a; 2009b).

Em função desta heterogeneidade, e para uma melhor compreensão das suas características e diferenças, as OAL são agrupadas pelos autores em três grupos (as *frágeis*, as *básicas* e as *maduras*) estruturados por organizações aderentes (p.ex., religiosas, políticas, econômicas e acadêmicas)<sup>4</sup> compostas por membros da elite que formam coalizões cuja existência depende da dinâmica de relacionamento mediada por suas disputas internas e pela apropriação da renda<sup>5</sup>. Estas coalizões estabelecem uma estrutura de governança pautada em arranjos de poder que se nutrem de privilégios e rendas extraídas, limitando o acesso a novos participantes. Este é o principal fator de caracterização dessas ordens como de acesso limitado.

Há, neste contexto, uma relação direta entre o sistema político limitado, o sistema econômico limitado e o funcionamento do sistema jurisdicional. Como já mencionado, o poder político é utilizado para obtenção de rendas e privilégios, criando, para isto, barreiras

3 Convém destacar que, no caso específico das OAL, também são expostas as suas subclassificações (OAL *frágeis*, *básicas* e *maduras*), destacando os aspectos primordiais que permitem caracterizá-las como tal, bem como a conformação das chamadas condições de ingresso a uma OAA.

4 A OAL suporta a participação de organizações aderentes e contratuais, mas as segundas têm o seu acesso limitado pelas primeiras.

5 Nestas organizações, os indivíduos permaneceram em cooperação, respeitando os acordos enquanto houver compatibilidade de interesses e incentivos. Ou seja, como a coalizão dominante em qualquer OAL é uma organização aderente, a manutenção da paz depende do equilíbrio de interesses decorrente do processo de apropriação de renda (North; Wallis; Weingast, 2009a).



a novos entrantes (tanto no processo político quanto na economia). O poder econômico, em contrapartida, dá o suporte para a manutenção da coalizão política num círculo vicioso. Já o sistema jurisdicional, operando com parcialidade, funciona para manter o privilégio das elites<sup>6</sup>. Com isso, aqueles que não fazem parte da coalizão dominante acabam necessitando de relações de apadrinhamento e clientelismo para garantir sua segurança e seus direitos de propriedade, numa rede que fomenta a cooperação e competição social (North; Wallis; Weingast, 2009b).

Em síntese, de acordo com North, Wallis e Weingast (2009b), as características das OAL são: (i) economias de crescimento lento e vulneráveis a choques; (ii) políticas sem consentimento generalizado dos governados; (iii) número relativamente pequeno de organizações; (iv) governos menores e mais centralizados; (v) predominância de relações sociais organizadas em linhas pessoais, incluindo privilégios, hierarquias sociais, leis que são aplicadas de forma desigual, direitos de propriedade inseguros e uma sensação generalizada de que nem todos os indivíduos são iguais.

Por sua vez, as OAA são genericamente caracterizadas por possuírem: (i) um Estado detentor do monopólio da violência, organizada em suas forças policiais e militares<sup>7</sup>; (ii) a prevalência da impessoalidade nos relacionamentos (públicos e privados); (iii) instituições que promovem a liberdade (acesso aberto e competição), sem restrições, nos diversos ambientes (com mecanismos de retroalimentação – fertilização cruzada): político (democracia, liberdade de expressão e de reunião), econômico (economia de mercado), religioso (liberdade religiosa e de consciência), educacional (liberdade educacional) e informacional (liberdade de imprensa)<sup>8</sup>; (iv) um ordenamento legal aplicado imparcialmente a todos os cidadãos, consolidando direitos (inclusive o de propriedade) e deveres, eliminando privilégios e os protegendo contra abusos<sup>9</sup>; (v) uma variedade de organizações aderentes e contratuais perpetuamente vívidas (cuja existência independe da vida de seus membros), ao lado de mecanismos de manutenção das organizações acessíveis a todos (como o cumprimento forçado de contratos); (vi) um governo robusto, que atua de forma descentralizada, com freios e contrapesos; e (vii) um amplo conjunto de crenças sobre inclusão social, solidariedade e equidade para todos os cidadãos.

Nesta ordem social, a competição política mantém o acesso aberto à economia, ao mesmo tempo em que a competição econômica produz o mesmo efeito com relação à política, propiciando a ambos os sistemas (econômico e político) a dinâmica do equilíbrio múltiplo (e, conseqüentemente, estabilidade)<sup>10</sup>. Destarte, o acesso irrestrito e a competição impessoal no âmbito econômico inibem a utilização do abuso do poder econômico para fins políticos<sup>11</sup>; por

6 North et al. (2006) observam, sobre isso, que a origem dos sistemas jurídicos está na definição dos privilégios das elites, pois os sistemas legais foram desenvolvidos, inicialmente, para impor privilégios únicos e característicos às elites, incluindo a anuência em formar organizações que atendam seus interesses.

7 Nas OAA as organizações em geral não estão, portanto, autorizadas e habilitadas à utilização da violência (North et al., 2013).

8 Numa OAA uma organização não pode impedir a formação de outra organização com objetivos conflitantes (North et al., 2007).

9 Conforme North, Wallis e Weingast (2009b), nas OAA há uma limitação constitucional da atuação do Estado, mantendo a ação privada além do alcance do governo. Ou seja, é um mecanismo de proteção contra ações abusivas e arbitrárias do poder público, o que dialoga com o princípio da legalidade estrita, quando a administração pública pode apenas fazer o que está expressamente permitido na lei.

10 O fato de as OAA possuírem maior fluidez em seus arranjos sociais e organizacionais lhes permite agir com mais flexibilidade às mudanças, o que lhes confere maior estabilidade (North, Wallis, Weingast, 2009b).

11 O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos sistemas religioso e educacional, por exemplo.

seu turno, a competição política e o acesso aberto a instrumentos políticos previnem o abuso político na manipulação da economia<sup>12</sup>. Por isto, o acesso aberto só é possível em sociedades nas quais a entrada de novos atores nos campos econômico, político, religioso e educacional é aberta para todos os cidadãos que cumpram requisitos objetivos (North et al., 2013).

A partir da Teoria das Ordens Sociais, Costa e Borja (2023b) propõem uma matriz de análise do desenvolvimento regional composta por cinco vetores socioespaciais: (i) indivíduos, grupos sociais, etnias e cultura; (ii) controle da violência, elites e coalização dominante (governante); (iii) instituições, organizações e matriz institucional; (iv) Estado, sistema jurisdicional e dinâmica política; e (v) dinâmica econômica e de apropriação da renda<sup>13</sup>.

**Figura 1 – Matriz de Análise do Desenvolvimento Regional**

Vetor Socioespacial (v)	Vetor Histórico ou Período Histórico (p)				
	p1	p2	p3	p4	pn
v.1 - Indivíduos, grupos sociais, etnias e cultura	[v1.p1]	[v1.p2]	[v1.p3]	[v1.p4]	[v1.pn]
v.2 - Controle da violência, elites e coalização dominante (governante)	[v2.p1]	[v2.p2]	[v2.p3]	[v2.p4]	[v2.pn]
v.3 - Instituições, organizações e matriz institucional	[v3.p1]	[v3.p2]	[v3.p3]	[v3.p4]	[v3.pn]
v.4 - Estado, sistema jurisdicional e dinâmica política	[v4.p1]	[v4.p2]	[v4.p3]	[v4.p4]	[v4.pn]
v.5 - Dinâmica econômica e de apropriação da renda	[v5.p1]	[v5.p2]	[v5.p3]	[v5.p4]	[v5.pn]
Resultante da dinâmica histórica institucional	[vn.p1]	[vn.p2]	[vn.p3]	[vn.p4]	[vn.pn]

Fonte: Costa; Borja (2023b).

Destarte, a partir dos elementos teóricos centrais da TOS, Costa e Borja (2023b) propõem a utilização de uma metodologia de tramas, identificando vetores determinantes para uma análise socioespacial, bem como fatores interrelacionados e interdependentes. Ademais, lembram, seguindo a linha neoinstitucionalista, que um pressuposto indispensável é o entendimento de que uma região é um espaço socialmente construído, com o seu processo histórico de formação social – com destaque para a conformação de suas instituições e matriz institucional –<sup>14</sup> se tornando determinante no delineamento de sua trajetória.

Partindo da compreensão de que há uma forte relação entre a cultura, a matriz institucional e a dependência de trajetória, a perspectiva neoinstitucionalista parte do axioma de que instituições, organizações e a estrutura produtiva, herdadas por meio de processos históricos singulares, geram dinâmicas socioeconômicas diversificadas. Isso significa que o desenvolvimento econômico é um fenômeno eminentemente institucional, resultante de complexas interações entre forças econômicas, políticas e culturais das quais fazem

<sup>12</sup> Para North, Wallis e Weingast (2009a), verifica-se nas OAL fragilidade na competição eleitoral, por conta da utilização de violência, a qual é capaz, por exemplo, de inibir a oposição. Já o acesso aberto (OAA) possibilita uma efetiva oposição e competição no pleito eleitoral, de modo que a grande variedade e liberdade de acesso às organizações estabelecem restrições para que o funcionalismo público seja utilizado para manipular o sistema econômico em favor dos interesses dos governantes.

<sup>13</sup> Um pressuposto incluído na análise desse artigo é que a análise desenvolvida por Acemoglu e Robinson (2012; 2020) torna-se convergente ou complementar a da TOS.

<sup>14</sup> Conforme North (1990), as instituições (“regras do jogo”) são as normas socialmente construídas, gozando de aceitação geral pelos membros de um grupo social, que impõem restrições formais e/ou informais e moldam o processo de interação, ao mesmo tempo em que estruturam incentivos na troca humana, sejam estes de ordem política, social ou econômica.

parte distintos arranjos que conferem diferenças nas trajetórias de desenvolvimento, bem como na forma de organização das diversas organizações da sociedade<sup>15</sup>. Nesse sentido, o sucesso ou o fracasso das sociedades decorrem de sua formação histórica e da forma como as suas instituições foram criadas e/ou evoluíram (North, 1990; Acemoglu; Robinson, 2012; Costa, 2019; 2022).

### **Daron Acemoglu e James Robinson: uma análise convergente**

A perspectiva da TOS converge com a análise desenvolvida por Acemoglu e Robinson (2001; 2012; 2020) que explicam o subdesenvolvimento como resultado da forma como as instituições (inclusivas ou extrativistas) e o Estado foram formatados pelas sociedades numa dinâmica histórica. Especificamente na análise da formação de espaços coloniais, os autores destacam substancialmente a tradição e a prática legal existente na metrópole, bem como o papel e os interesses das elites, como vetores decisivos na sua modelagem institucional.

Acemoglu e Robinson (2012) reafirmam a necessidade de analisar as singularidades de cada formação social através de uma análise histórica da conformação de suas instituições (políticas e econômicas) para a compreensão do desnível de desenvolvimento entre sociedades. Ou seja, ao buscar pelas raízes da prosperidade ou do fracasso (o que podemos chamar de desenvolvimento e subdesenvolvimento, respectivamente), é importante compreender as particularidades de cada contexto histórico e de que forma as instituições foram consolidadas. Estas acabam por gerar incentivos ou desincentivos aos indivíduos, empresas e políticos, processo que inclusive remete às políticas de colonização de determinado território.

Em outro momento, ao revisitar os contrastes entre o arranjo institucional nutrido em um regime participativo – promovendo crescimento – e o oriundo de regimes autoritários – promovendo obstáculos ao crescimento –, os autores afirmam que cada padrão institucional existente é resultante de um processo histórico de interação entre instituições políticas e econômicas, sendo que as instituições políticas exercem precedência. Uma vez estabelecido determinado padrão, há uma tendência de persistência histórica – visão que se aproxima da lógica de causalidade institucional cumulativa ou do conceito de dependência de trajetória.

Cabe, neste ponto, elaborar melhor estes conceitos.

Instituições econômicas inclusivas são aquelas que fomentam oportunidades econômicas, o aumento da produtividade e a prosperidade, estando entre elas o direito de propriedade, não só para determinada elite, mas para uma ampla parcela da sociedade. É neste contexto que a ação do Estado se torna importante, posto ser a instituição com capacidade coercitiva para impor a lei e a ordem, garantindo o cumprimento de contratos e a proteção da propriedade privada, além de ofertar serviços públicos importantes como a infraestrutura necessária para a viabilização da atividade econômica. Assim, instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, estimulam competitividade por meio da inovação tecnológica e fomentam a melhoria do processo educacional (Acemoglu; Robinson, 2012). Porém, dependem de instituições políticas centralizadas e pluralistas e de ações adequadas do Estado.

<sup>15</sup> Para um aprofundamento sobre a relação entre cultura, instituições e desenvolvimento, recomenda-se: Costa (2019; 2022).



Em contraponto, as instituições econômicas extrativistas têm como principal objetivo a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade em favor de determinadas elites. Com este intuito, estabelecem privilégios, injustiças sociais, insegurança jurídica e desincentivos para a melhoria do processo educacional (Acemoglu; Robinson, 2012). Podem até fomentar uma dinâmica de crescimento econômico, porém completamente distinta da criada sobre instituições inclusivas, que, em função da resistência das elites e da falta de incentivos econômicos, acabam não sendo indutoras de inovações tecnológicas, tornando o processo insustentável no longo prazo. E, com o tempo, o ciclo tende a se esgotar, entrando em colapso.

Ademais, é importante enfatizar a correlação direta entre instituições econômicas extrativistas e instituições políticas extrativistas. Ou seja, as instituições econômicas extrativistas são alimentadas por instituições políticas extrativistas, que concentram o poder nas mãos de determinada elite (política e econômica), moldando mecanismos para capturar renda e riqueza do restante da sociedade. Forma-se, com isto, um círculo vicioso no qual o pré-requisito para a ampliação da riqueza acaba sendo a manutenção e ampliação do poder político. Em síntese, instituições extrativistas (políticas e econômicas) se retroalimentam.

As elites, sendo agentes possuidores de uma grande concentração de poder político e econômico, na perspectiva dos autores, têm papel crucial em determinar a conformação dessas instituições que, por sua vez, configuram a trajetória de desenvolvimento<sup>16</sup>.

Entretanto, havia uma lacuna a ser preenchida no aporte teórico alusivo à melhor explicação do papel do Estado e à sua formação histórica. Essa lacuna foi preenchida por Acemoglu e Robinson (2020), que propuseram, a partir da análise de experiências históricas, uma taxonomia com quatro tipos de Leviatã, que podem ser retratados conforme tabela síntese, a seguir.

**Tabela 1 – Características dos Estados conforme Acemoglu e Robinson (2020)**

<b>Tipo de Estado</b>	<b>Características</b>
Despótico	Apresenta uma dualidade marcante. Por um lado, age como um guardião, evitando conflitos, protegendo súditos e fornecendo serviços públicos. Por outro, revela uma face despótica, utilizando seu poder para dominar, aprisionar, assassinar e silenciar cidadãos, além de facilitar a exploração, corrupção e a centralização do poder, inclusive militar.
Ausente	Caracterizado pela sua ausência efetiva, o que leva a sociedade a criar suas próprias normas críticas como forma de evitar um estado de guerra. A falta de leis e a presença de expectativas individuais desiguais resultam em diferentes formas de dominação e repressão.
Papel	Possui a aparência de um Estado funcional, mas é incoerente, oco e desorganizado. As elites políticas o utilizam para enriquecimento pessoal e controle. Sem construir os fundamentos da liberdade, a sociedade, fraca e conformada, aceita passivamente a falta de capacidade do Estado em atender suas necessidades, resultando em um estado de caos não governável, é repressivo, arbitrário e não é fiscalizado pela sociedade.

<sup>16</sup> Conforme Acemoglu e Robinson (2006), a viabilidade das escolhas das elites depende das limitações que o arranjo institucional engendrado pela sociedade exerce sobre elas.

Algemado	É capaz de manter a Warre controlada, proporcionando flexibilidade às normas e resolvendo conflitos de maneira justa. Ainda apresenta a dualidade do Leviatã com rosto de Jano, porém sua face despótica está algemada, impedindo ações repressivas. A sociedade mantém um equilíbrio ativo, com presidentes e legisladores sujeitos à mudança, e a vigilância contínua (Efeito Rainha de Copas).
----------	---

Fonte: elaboração do autor a partir de Acemoglu; Robinson (2020).

Em síntese, a perspectiva neoinstitucionalista, em especial nos trabalhos capitaneados por D. North, D. Acemoglu e J. Robinson apontam que parte importante do subdesenvolvimento é explicada pela forma como as instituições foram conformadas em sociedades coloniais, em especial na América Latina, tendo no comportamento e nas escolhas das elites uma variável decisiva.

## A AMAZÔNIA COLONIAL: A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL E O CICLO DAS DROGAS DO SERTÃO

### A formação institucional colonial

O século XVII marcou na história da Amazônia um choque de civilizações. De um lado, um mosaico de sociedades indígenas que possuíam uma cosmovisão essencialmente animista.<sup>17</sup> De outro, o colonizador europeu, especialmente o português, que lograva um duplo objetivo: (i) a partir de uma perspectiva mercantilista, o Estado português procurava consolidar espaços coloniais economicamente viáveis; (ii) complementarmente, a partir de sua cosmovisão católica e do mito fundador de sua nação, missionários e colonos buscavam, em paralelo, expandir o cristianismo católico.<sup>18</sup>

O Estado português, a Igreja Católica e os comerciantes – a espada, a cruz e a moeda –<sup>19</sup> tornaram-se os principais indutores da ocupação do espaço amazônico no decorrer do período colonial (1612 a 1822) com base no caráter aventureiro e desbravador, na missão de expansão do cristianismo católico, nos objetivos mercantilistas, no patrimonialismo no trato com a coisa pública e nas relações sociais clientelistas; condicionantes que se tornaram indeléveis para a formação cultural e institucional colonial<sup>20</sup>.

Convém insistir que a história da Amazônia não começa com o advento dos europeus na foz do rio Amazonas e nem com a fundação no século XVII dos primeiros núcleos de ocupação

17 O conceito de animismo foi cunhado pelo antropólogo britânico Edward B. Tylor no livro *Cultura Primitiva* (1971). Basicamente pode ser compreendido como um sistema de crenças, uma cosmovisão, fundamentada na percepção de que há uma integração entre os seres humanos e o mundo físico. Rejeita a clássica dualidade grega, e, posteriormente, cristã, entre o mundo material e o espiritual.

18 A perspectiva da teoria das instituições leva à compreensão de que cada sociedade é única, tendo a sua trajetória derivada da forma como, no processo histórico de conformação social, a matriz institucional de uma sociedade foi conformada. Entende, portanto, que a formação sociocultural de uma sociedade é elemento fundamental para entender a sua trajetória.

19 A ocupação do espaço amazônico pelos ibéricos, em especial portugueses, respondeu ao cumprimento do mito fundador de sua nação aliado a uma visão geopolítica do Estado português. Enquanto em algumas outras nações o Estado foi uma construção histórico-institucional endógena da sociedade, pode-se afirmar que a sociedade amazônica, assim como a brasileira, foi fruto de um projeto deliberado do Estado e das elites portuguesas (políticas, econômicas e religiosas). Logo, no Brasil, e em especial na Amazônia, o Estado precede a sociedade.

20 A Amazônia colonial formou-se como um espaço mercantil complementar ao Império Colonial Português.

colonial. Decorre de dois movimentos históricos que no século XVII convergem num espaço em disputa. O movimento inicial acontece com a chegada dos primeiros migrantes na região em período remoto (entre 15 e 12 mil anos a.C.); o segundo com a formação de Portugal, do outro lado do Atlântico, durante a Baixa Idade Média. Esses movimentos históricos apartados, a partir do encontro civilizacional propiciado pelo empreendimento mercantil colonial português, produziram como efeitos resultantes a desestruturação das ordens sociais amazônicas pré-coloniais e a conformação de uma ordem social colonial singular, possuidora de uma cultura híbrida, que ainda precisa ser mais bem compreendida, em especial porque se tornou decisiva para a modelagem da matriz institucional amazônica e de sua dependência de trajetória.

À vista disso, a compreensão da sociedade colonial amazônica requer o entendimento da cosmovisão do colonizador, em especial do mito fundador de sua nação, provedor do *leitmotiv* de sua ação e do seu sentido coletivo na história (propósito). Convém, entretanto, antes de avançar, esclarecer que o mito fundador de um povo ou de uma nação é uma forma de interpretação da realidade que estabelece uma cadeia de sentido, significado, ideais ou existência; fornece, assim, uma explicação do senso de propósito individual e coletivo. Ou seja, a consciência mítica confere sentimento de pertencimento e unidade de ação a um grupo social, ou mesmo a uma sociedade. Manifestam-se em sua cultura, histórias, heróis e personagens que moldaram a sua identidade; não apenas individual, mas, sobretudo, coletiva. Serve como elemento basilar na construção de mapas mentais que auxiliam na leitura e interpretação do mundo, nas tomadas de decisões, na construção de instituições e matrizes institucionais (e, como consequência, na modelagem da dependência de trajetória)<sup>21</sup>.

O mito fundador de Portugal está diretamente relacionado com a história de Dom Afonso Henriques. Nomeado cavaleiro em 1125, D. Afonso adquire prestígio frente à nobreza do Condado Portucalense, então vassalo do reino de Leão e Castela<sup>22</sup>. Após a Batalha de São Mamede<sup>23</sup>, ocorrida em 24 de junho 1128, próximo a Guimarães, assume papel de liderança ante a nobreza portucalense, momento no qual com ela estabelece uma aliança envolvendo o compromisso de recompensar o apoio recebido com favores, proteção e partilha do exercício do poder (Matoso, 1993). Porém, D. Afonso entra definitivamente para a história de Portugal ao liderar a Batalha de Ourique, ocorrida em 25 de julho de 1139, também conhecida na literatura histórica como “O Milagre de Ourique”. Nela os portugueses conseguiram uma improvável vitória sobre os sarracenos e, como consequência ante ao heroico, improvável e histórico feito, elevaram Portugal à condição de reino independente. Em 1179 a Igreja Católica reconheceu o reino de Portugal e o infante D. Afonso se tornou o primeiro rei de Portugal, passando a ser chamado de Rei Afonso I.

21 Para mais detalhes sobre aspectos relacionados ao mito fundador, recomenda-se ver: Saraiva (1994) e Pimentel (2008).

22 O Condado Portucalense surge com a reconquista cristã da Península Ibérica em 868 dos mouros. Nesta reconquista, os cristãos tomaram posse de um modesto povoado, que mais tarde se tornaria a cidade do Porto, chamado de *Portus Cal* (nome atribuído pelos romanos). Este território, que passou a fazer parte do reino de Leão e Castela, tornou-se conhecido como *Terra Portucalense* ou *Portugália*.

23 A Batalha de São Mamede foi uma disputa pela influência política no Condado Portucalense. De um lado estava Afonso Henriques, filho e herdeiro legítimo do Conde Henriques de Borgonha, nomeado pelo rei Afonso VI de Leão, e de Teresa de Leão, sua filha, e as tropas dos barões do condado. De outro, as tropas do conde galego Fernão Peres de Trava, que buscava assumir o governo do condado com apoio de Teresa de Leão e do arcebispo de Compostela. A intenção destes era formar um reino englobando as regiões da Galiza e *Portugália*. A vitória das tropas lideradas por Afonso Henriques inviabilizou este plano.

O “Milagre de Ourique” compõe mitos e lendas do povo português, sendo narrado na Crônica de Portugal (1419), nos Lusíadas de Camões (1572) e num amplo esforço de produção historiográfica realizado entre 1580 e 1632 com o objetivo de amear fatos que legitimassem o Reino de Portugal, respaldando o seu movimento nacionalista<sup>24</sup>. Na perspectiva do mito, a vitória milagrosa dos portugueses decorreu de uma intervenção divina que estabeleceu um reino com a missão de proclamar a fé cristã<sup>25</sup>. Nele, antes da batalha, D. Afonso teve uma visão na qual o próprio Cristo lhe mostra uma cruz e anuncia “*in hoc signo vinces*” [com esse sinal vencerás]. Com base em seu mito fundador, o povo português se via predestinado a promover a expansão da fé cristã, afinal o Reino de Portugal havia sido milagrosamente instituído com esse propósito.

Portugal surge como estado-nação de forma precoce na Europa, conduzido pela formação de um estamento burocrático estatal que refletia os seus aspectos culturais e os interesses de suas elites (nobreza, clero, militares, burocratas e profissionais liberais). A inexistência de um sistema feudal típico produziu no país o chamado patrimonialismo estamental com relações clientelistas, trazidas para a sua colônia na América através dos colonos (Faoro, 2008)<sup>26</sup>.

A busca pela manutenção do poder leva as elites, por meio do patrimonialismo, a influenciarem e manipularem as ações estatais em seu favor. Para isso, se valem da influência no estamento burocrático, possuidor de um caráter elástico e resiliente, adaptável a mudanças, impedindo qualquer inovação na dinâmica econômica e política que ameace os “donos do poder”<sup>27</sup>. Ou seja, o controle patrimonialista do Estado se torna o instrumento para a manutenção dos privilégios das elites políticas, econômicas e religiosas, confundindo as esferas públicas e privadas, incentivando o clientelismo e permitindo a captura de renda pela consolidação de instituições extrativistas.

Esse ponto se torna fundamental para a compreensão da formação do complexo social amazônico colonial na medida em que na Amazônia, diferente de outras experiências históricas, o Estado precede a sociedade<sup>28</sup>. Ou seja, como um típico espaço colonial de exploração, na Amazônia o Estado não foi produto de uma construção histórico-social. Ao contrário, a sociedade amazônica foi modelada pela atuação do Estado colonial português a partir de seu estamento burocrático de viés patrimonialista e clientelista, que permitiu, dentro de uma ordem social de acesso limitado, que elites políticas, econômicas e religiosas atuassem na formação do espaço colonial fundamentalmente pela procura de interesses próprios: conquista, catequese, poder, riquezas e captura de renda social.

É a partir desse desiderato e com base no conceito de *terra nullius* que se realizou a formação colonial da Amazônia<sup>29</sup>. Convém lembrar que, na fase inicial de ocupação, o espaço geográfico

24 Fundamental lembrar que, entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob o domínio da Espanha, época da União Ibérica.

25 No mito fundador de Portugal, o mandato real de Dom Afonso I foi dado diretamente por Deus.

26 Para Faoro (2008), o feudalismo como tipo ideal tem em sua marca as relações de vassalagem entre suseranos e vassalos, uma característica ausente no caso de Portugal. Já o termo patrimonialismo surge com Max Weber para enfatizar relações sociais desiguais. A dominação social decorre de elementos burocráticos e legais, tradicionais (hereditariedade e cultura) e carismáticos (devoção dos dominados ante os dominantes). O termo foi apropriado por Faoro (2008) em sua análise.

27 No mito fundador de Portugal, o mandato real de Dom Afonso I foi dado diretamente por Deus.

28 Convém alertar que não se está aqui afirmando que a precedência do Estado sobre a sociedade foi um caso ocorrido apenas na Amazônia brasileira. Esse fenômeno ocorreu em muitas das colônias europeias, com destaque para a América Latina.

29 O conceito de *terra nullius* representa a visão de que a terra não possui um proprietário efetivo. Ao contrário dos europeus, os indígenas não possuíam a propriedade privada como conceito ou prática social.



que hoje conhecemos como Amazônia brasileira estava dividido entre Portugal e Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas, chancelado pela Igreja Católica<sup>30</sup>. Porém, a União Ibérica (1580 e 1640) possibilitou uma relativa tolerância na ocupação da área espanhola pelos portugueses, facilitada pelo não interesse espanhol em conquistar e explorar a Bacia Amazônica<sup>31</sup>.

Conforme a historiografia tradicional, os espanhóis foram os primeiros europeus a adentrarem na Bacia Amazônica. Em 1541, Francisco de Orellana, a partir de Quito (Peru), desceu a Cordilheira dos Andes chegando no dia 12 de fevereiro de 1542 no rio Amazonas. A expedição prosseguiu na direção leste, com muitos detalhes registrados pelo cronista Frei Gaspar de Carbajal<sup>32</sup>. Após um longo percurso (cerca de 7,5 mil km), em 26 de agosto de 1542 chegaram ao delta do Amazonas.

Passados 75 anos desse feito expedicionário, e dado o desinteresse espanhol em conquistar a Bacia Amazônica, no dia 12 de janeiro de 1616 o navegador português Francisco Caldeira Castelo Branco, após ter comandado a expulsão dos franceses do Maranhão, aportou na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará para fundar o Forte do Presépio. Nesse local, sobre o território Mairi da etnia indígena tupinambá, os portugueses iniciaram o povoado Feliz Lusitânia, que futuramente daria origem à cidade de Belém do Pará, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão e que se tornaria uma das principais cidades da Amazônia. Entre os principais objetivos iniciais da ocupação, estava a tomada da região em favor dos portugueses, a proteção da foz do Amazonas da invasão de colonos e mercadores estrangeiros (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses) e o estabelecimento de contatos com os indígenas para fins de evangelização e prospecção de oportunidades mercantis.

O risco da ocupação da região por outras nações europeias, ao lado do interesse dos portugueses em viabilizar a sua exploração econômica e do já mencionado desinteresse espanhol, bem como da necessidade de se confirmar a possibilidade de chegada ao Peru vindo pelo Atlântico, motivou a organização de uma expedição comandada por Pedro Teixeira que partiu de Cametá em 1637 na direção contrária da que fora percorrida quase um século antes pelo espanhol Francisco de Orellana<sup>33</sup>. Teixeira, após completar o percurso até a cidade de Quito (em outubro de 1638), fundou no seu retorno para Belém o povoado de Franciscana, ficando no dia 15 de agosto de 1639 um marco na confluência entre os rios Napo e Aguarico (atual Rio do Ouro), tomando posse a leste dessa área em nome do Rei Felipe IV da Espanha para a Coroa de Portugal; uma ação que posteriormente seria decisiva para a demarcação territorial da colônia portuguesa na Amazônia, a Colônia do Grão-Pará e Maranhão<sup>34</sup>.

---

30 O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado entre os reis João II de Portugal e Fernando II de Castela, e mediado pelo papa Alexandre VI, que dividiu as novas terras a serem descobertas entre os dois países, a partir de uma linha imaginária a 1.779 km a oeste de Cabo Verde.

31 A Espanha estava focada na exploração de ouro e prata em outras áreas coloniais da América, em especial nas áreas dos impérios incas e astecas.

32 Cabajal era frade da Ordem de São Domingos de Guzmán. Esse exemplo demonstra que o caráter aventureiro dos primeiros desbravadores sempre esteve associado a elementos religiosos.

33 Dados da expedição mostram a dimensão da empreitada. Pedro Teixeira comandou cerca de 70 soldados, alguns religiosos e aproximadamente 1,2 mil indígenas. Como meio de transporte foram utilizadas 47 grandes canoas.

34 Este marco foi decisivo para as futuras delimitações territoriais em favor de Portugal, em especial sob a alegação do *uti possidetis*, pelo Tratado de Madri de 1750, ratificado em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso. Por curiosidade, o marco encontra-se atualmente ao lado do Palácio do Itamaraty em Brasília. Para maiores detalhes sobre o acontecimento, recomenda-se ver Miranda (2007) e Lima; Coutinho (2016). O relato de Pedro Teixeira tornou-se conhecido pela publicação em 1641 do livro *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, escrito pelo padre jesuíta Christoval de Acunã e editado em Madri.



Com a efetiva ocupação da região, através da construção de fortes, assentamento de núcleos populacionais e fundação de missões religiosas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, os portugueses mantiveram a hegemonia política e comercial sobre a navegação da Bacia Amazônica, iniciando o ciclo de exploração das “drogas do sertão” ao se valerem das especiarias produzidas pela Cultura da Floresta Tropical (CFT) e da mão de obra indígena. No bojo, portanto, do que veio a ser chamado de empreendimento colonial português, uma nova ordem social começou a ser formada tendo na base a miscigenação entre portugueses, indígenas e negros, dando origem ao caboclo<sup>35</sup>. Como parte deste processo – que envolveu batalhas, conquistas territoriais, reduções (também chamadas de Missões), escravidão e disseminação de doenças – ocorreu a desestruturação das ordens sociais pré-coloniais, a diminuição significativa da população indígena e o desaparecimento de inúmeros grupos sociais, e com ela a diversidade sociocultural existente.

No processo de conquista, a participação das ordens religiosas católicas foi fundamental. Os primeiros a chegarem à Amazônia foram os franciscanos, seguidos dos jesuítas (Companhia de Jesus), carmelitas, mercedários, agostinhos e dominicanos. O Estado português financiava os custos e os missionários assumiam compromisso com a assistência espiritual dos colonos e com a conversão dos gentios<sup>36</sup>. E, como parte da estratégia de ocupação do território, o Estado português concedia às ordens religiosas o governo temporal sobre a população indígena<sup>37</sup>.

Assim, a ordem social paulatinamente conformada no período entre 1616 e 1750 se organizou a partir dos interesses da Coroa Portuguesa, do seu estamento burocrático estatal, dos missionários católicos e das elites comerciais (colonial e da metrópole), que gradativamente consolidaram um padrão de ocupação econômica e de organização do espaço econômico funcional do tipo primaz (ou seja, ao longo dos rios) a partir de instituições regionais de caráter extrativista.

Esse processo se aprofundou no século XVIII, durante o Período Pombalino, com a adoção de instrumentos e políticas de cunho mercantilista, com destaque para a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

## **Adinâmica econômica colonial: o extrativismo florestal das “drogas do sertão”**

A intenção inicial dos portugueses era integrar a economia da colônia do Grão-Pará e Maranhão à dinâmica do Império Português pela implantação de um sistema de produção agrícola já utilizado noutros domínios coloniais conhecidos como *plantations*, que possuía

35 Nesse período, era utilizado para fins de comunicação entre portugueses, povos indígenas e caboclos uma língua geral de origem Tupi, que se tornou conhecida como Língua Geral Amazônica.

36 Convém alertar que havia um contexto geopolítico relacionado à Contrarreforma Católica. Assim, o estabelecimento de missões católicas na Amazônia servia como prevenção à possibilidade da influência dos protestantes ingleses, franceses, holandeses e irlandeses.

37 Porém, em determinado momento os interesses da Coroa acabam colidindo com os da Companhia de Jesus, que assumia posição contrária à escravização dos indígenas. Um exemplo simbólico foi o Sermão das Tentações proferido pelo Pe. Antonio Vieira em São Luís em 1653. Vieira foi o principal personagem na aprovação em 1655 de uma lei que proibia a escravidão indígena. Essa ação ia de encontro com outros interesses existentes no espaço colonial. Ao ponto que posteriormente a atuação dos jesuítas foi proibida na Amazônia.

em sua dinâmica: (i) o latifúndio; (ii) a monocultura extensiva; e, (iii) a utilização de mão de obra escrava africana<sup>38</sup>. Contudo, as condições do bioma amazônico mostraram-se inadequadas para esse sistema. Foi então que a exploração das “drogas do sertão”<sup>39</sup> despontou como alternativa, em especial porque já havia na Europa um mercado para comercialização de produtos exóticos vindos de outras regiões do globo<sup>40</sup>.

Isso levou a uma mudança importante no eixo econômico motriz, passando da tentativa da agricultura extensiva para o extrativismo florestal, o que requereu conhecimento do bioma para a coleta extensiva. Esses pré-requisitos inviabilizaram a utilização da mão de obra africana: (i) pelo desconhecimento das características do bioma amazônico; (ii) pela difícil operacionalização da prática escravagista em um ambiente de floresta e na coleta extensiva; e (iii) pelo próprio custo dos escravos africanos, fator que tornava um impeditivo, ante a escala dos empreendimentos, a sua utilização.

A mão de obra indígena se tornou a base da economia extrativista florestal das drogas do sertão: (i) inicialmente, na apropriação da CFT na prospecção de produtos que pudessem apresentar valor comercial no mercado europeu; (ii) em seguida, como operadores de uma ampla rede de coleta capaz de viabilizar escala adequada, se valendo de rede de relações ancestrais existentes entre as diversas sociedades pré-coloniais. Nesse momento, o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), o cacau (*Pachura aquatica*), o urucu (*Bixa orellana*), a canela (*Cinnamomum verum*), a copaíba (*Copaifera*sp), a baunilha (*Vanilla*sp), o anil (*Indigofera*sp), a salsaparrilha (*Smilax*) e o puxeri (*Licaria*sp) despontaram como produtos comercializados. Contudo, dentre eles, coube ao cacau, em função da produção do chocolate, assumir protagonismo nas exportações<sup>41</sup>. Ademais, dentro da cultura do escambo, uma importante herança dos povos pré-coloniais, o cacau desempenhava, também, um importante papel como moeda local (meio de troca).

Além dos indígenas, tanto escravizados quanto assalariados<sup>42</sup>, a dinâmica da economia extrativista florestal das drogas do sertão contava com a participação dos “particulares”, empreendedores que, individualmente ou em grupo, organizavam as expedições para coleta dos produtos, e dos “práticos”, portugueses ou mestiços que detinham conhecimento sobre as características da região<sup>43</sup>.

38 Esse modelo foi utilizado no Nordeste brasileiro para a produção da cana-de-açúcar.

39 O termo “drogas do sertão” surge como sinônimo das especiarias asiáticas, representando produtos.

40 As especiarias asiáticas já tinham obtido sucesso no mercado europeu. Porém, a interrupção das antigas rotas comerciais acabou dificultando essa cadeia de comércio. A tomada de Constantinopla em 1453 pelos turcos otomanos, a desarticulação do complexo comercial indiano e a necessidade de vultosos investimentos nas capitanias hereditárias do Brasil, que drenou recursos do empreendimento comercial oriental, são causas dessa desarticulação comercial. Observou-se, nesse período, uma mudança do eixo econômico do império português do Oceano Índico para o Atlântico.

41 O chocolate era uma bebida de origem mesoamericana que se tornou muito apreciada, inicialmente na Espanha e, depois, em toda a Europa.

42 O salário dos indígenas era normalmente pago com produtos: roupas, tecidos, chapéus, sal, agulhas, dentre outros. O que contribuía para a baixa circulação monetária na economia colonial.

43 Muito desse conhecimento foi apropriado pelo contato e convivência com indígenas. Convém informar que, com a introdução do comércio de escravos africanos trazidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, passou a ocorrer registros de negros participando das expedições. Contudo, o seu número sempre foi residual. A principal mão de obra era a indígena.

A economia das drogas do sertão se tornou o elemento motriz de ordenamento da sociedade colonial amazônica, alimentando um circuito econômico que envolvia a contratação de mão de obra, a compra e a produção de alimentos, e a fabricação de canoas e utensílios. A dinâmica urbana colonial, associada à dinâmica da coleta na floresta, com forte intersecção com os aldeamentos e as reduções, era, assim, condicionada pelas atividades comerciais, militares, religiosas e pela administração colonial.

Contudo, é possível delimitar cinco etapas importantes na economia colonial amazônica, conforme Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2** – Etapas importantes na economia colonial amazônica

<b>Etapas</b>	<b>Período</b>	<b>Principais determinantes</b>
Conquista e a proteção do território	1612 a 1640	<ul style="list-style-type: none"> <li>• União Ibérica e desinteresse espanhol pela área da Bacia Amazônica.</li> </ul>
Montagem da economia das drogas do sertão	1640 a 1720	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação do rei D. Pedro II de Portugal que governou o país entre 1683 e 1706;</li> </ul>
Crescimento da exportação das drogas do sertão	1720 a 1755	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restrição dos privilégios dos jesuítas na Amazônia.</li> <li>• O consumo do cacau e outras drogas do sertão se expande na Europa.</li> </ul>
Era Pombalina	1755 a 1777	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conjunto de reformas que visavam a modernização das relações comerciais da metrópole e das colônias;</li> <li>• Busca pela ocupação efetiva do território amazônico;</li> <li>• Criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará;</li> <li>• Fim do poder das ordens religiosas sobre os aldeamentos e expulsão dos jesuítas;</li> <li>• Proibição da escravidão indígena;</li> <li>• Introdução da escravidão africana;</li> <li>• Incentivo ao desenvolvimento da agropecuária.</li> </ul>
Ocaso do ciclo das drogas do sertão	1778 a 1820	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estagnação econômica decorrente da desestruturação da economia das drogas do sertão;</li> <li>• Fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1778);</li> <li>• Fim dos Diretórios Indígenas (1798).</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

Entre 1612 e 1640, durante a União Ibérica, ocorreu a etapa de conquista e proteção do território. Com a independência de Portugal, entre 1640 e 1720 deu-se a montagem da economia das drogas do sertão. Nesse período destaca-se a atuação do rei D. Pedro II de Portugal que governou o país entre 1683 e 1706. Considerado um entusiasta da exploração das drogas do sertão na Colônia do Grão-Pará e Maranhão, Pedro II instituiu em 1686 o Decreto do Regimento das Missões, restringindo os privilégios dos jesuítas na Amazônia.

Entre 1720 e 1755 ocorreu o crescimento da exportação das drogas do sertão. Entre 1755 e 1777 a Colônia do Grão-Pará vivenciou o período das reformas pombalinas que objetivavam modernizar as relações comerciais da metrópole e colônias<sup>44</sup>. Nesse período, um importante fato motivador para a atenção com a Colônia do Grão-Pará foi a assinatura do Tratado de Madri (1750). Em sua decorrência, cabia a Portugal a ocupação efetiva do território amazônico, o que deveria ser feito pela ocupação populacional, diversificação econômica e incremento comercial<sup>45</sup>. Como estratégia: (i) estimulou-se o desenvolvimento das atividades agrícolas, com a utilização de mão de obra escrava africana<sup>46</sup>, e da pecuária (Roraima, baixo Amazonas e região das ilhas); (ii) foi criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará<sup>47</sup>; (iii) estabeleceu-se o fim do poder das ordens religiosas sobre os aldeamentos<sup>48</sup>, passando a serem administrados por agentes públicos; (iv) ocorreu a expulsão definitiva dos jesuítas<sup>49</sup>; (v) decretou-se a proibição da escravidão indígena; (vi) incentivou-se a introdução da escravidão africana<sup>50</sup>; (vii) e, incentivou-se a miscigenação, aumentando a população cabocla da região<sup>51</sup>.

Como importantes efeitos das políticas pombalinas, assistiu-se ao surgimento de uma influente oligarquia fundiária e dos regatões e aviadores, aumentando o comércio intrarregional numa dinâmica econômica que passou a articular o extrativismo florestal, a pesca, a pecuária e a agricultura com os núcleos populacionais existentes. Todavia, a intervenção do Estado na dinâmica colonial, em especial a expulsão dos jesuítas (e consequente desestruturação das Reduções), desencadeou um processo de desarticulação da economia das drogas do sertão.

Após o período pombalino, portanto entre 1778 e 1820, não há a manifestação de nenhum interesse político ou comercial mais explícito da metrópole para com a colônia ao norte do Brasil. Convém apenas mencionar nessa etapa o fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1778 e o fim dos Diretórios Indígenas em 1798. Em 1822 o Brasil declara a independência de Portugal dando início a uma nova etapa histórica. A Amazônia, contudo, permanecesse como área periférica, de pouco interesse estratégico e com uma economia estagnada, situação apenas alterada com a entrada no Ciclo da Borracha (1880-1912).

44 Sebastião José de Carvalho e Melo (Marques de Pombal), assumiu entre 1750 e 1777 o cargo de secretário de Estado do Reino de Portugal. Influenciado pelo iluminismo realizou um amplo conjunto de reformas administrativas, econômicas e sociais em Portugal e suas colônias. Em função disso, o período de sua gestão é conhecido como Era Pombalina. Convém destacar que o Marquês de Pombal em 1750 determinou que o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, assumisse o comando da colônia amazônica.

45 Importante destacar que no ano de 1772 ocorreu um desmembramento territorial entre a Capitania do Grão-Pará e a Capitania do Maranhão.

46 Como principais atividades agrícolas que se pretendia induzir estavam: cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, fumo, anil e arroz.

47 A Companhia, criada pelo Alvará Régio de 07 de junho de 1755, tinha por objetivo, dentro de uma diretriz mercantilista, fomentar as atividades comerciais da colônia com a metrópole.

48 A Companhia, criada pelo Alvará Régio de 07 de junho de 1755, tinha por objetivo, dentro de uma diretriz mercantilista, fomentar as atividades comerciais da colônia com a metrópole.

49 Institucionalmente isso ocorreu com a lei de 1755 chamada de Diretório dos Índios.

50 De acordo com Boxer (1969), no período pombalino a Companhia do Grão-Pará e Maranhão comercializou 25.365 escravos africanos. Segundo Santos (1983), até 1755 apenas 3 mil escravos africanos tinham sido comercializados na Colônia do Grão-Pará e Maranhão.

51 O caboclo não é apenas o produto da miscigenação entre brancos e índios. É, também, o índio aculturado, ou a miscigenação entre índios e negros.

## ELITES, COALIZAÇÃO DOMINANTE E CONTROLE DA VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL<sup>52</sup>

É fundamental compreender a formação e o funcionamento das elites que emergiram durante o processo de colonização da Amazônia, assim como o papel que desempenharam no sistema socioeconômico regional. A ocupação do espaço amazônico no início do século XVII marcou o início de uma nova dinâmica social, com uma ação estratégica voltada principalmente para a defesa do território contra invasões de outros países. Em consequência, as primeiras décadas da presença portuguesa foram caracterizadas por ações de cunho militar. Contudo, a partir de meados do século XVII, o povoamento da região foi intensificado com a presença das missões religiosas, especialmente dos jesuítas e pelo crescente interesse econômico na colheita das drogas do sertão e apresamento dos índios, incentivando a exploração cada vez mais profunda da região (REIS, 1993).

Na Amazônia colonial, entre 1612 e 1822, as elites desempenhavam papéis políticos e econômicos fundamentais, moldando profundamente a estrutura social e econômica da região. Essas elites eram compostas por diversos grupos, cada um com suas próprias características e interesses: colonos portugueses, administradores coloniais, líderes religiosos, militares e comerciantes.

Os colonos portugueses formaram a base da elite local. Estabeleceram-se como grandes proprietários de terras e comerciantes, controlando grande parte dos recursos naturais e a mão-de-obra indígena (muitas vezes através de práticas de exploração). Além destes colonos, existiam os administradores coloniais (estamento burocrático colonial) que representavam diretamente os interesses da Coroa portuguesa. Eles foram responsáveis pela implementação de políticas em todas as colônias. Há uma arrecadação de impostos que mais tarde ajudariam a manter a ordem – muitas vezes eles se envolviam em atividades econômicas locais, misturando os interesses públicos com interesses privados.

Os líderes religiosos, especialmente os jesuítas, mas também membros de outras ordens, desempenharam um papel crucial na colonização. Além de sua missão evangelizadora, atuavam como importantes agentes econômicos e políticos, administrando aldeias indígenas e participando ativamente da vida econômica da colônia. Os militares, incluindo oficiais de alta patente e soldados, muitas vezes se integravam à elite local nas zonas fronteiriças, locais nos quais a defesa do território era prioritária. Com o passar do tempo e o crescimento do comércio na região, surgiu paulatinamente uma elite mercantil que controlava as rotas comerciais e o fluxo de mercadorias entre a Amazônia e a Europa.

Essas elites exerceram o seu poder e influência através do controle econômico de setores importantes, da influência política através da ocupação de posições chave na administração colonial e nos conselhos municipais, do domínio social através de alianças estratégicas em casamentos entre famílias, do controle sobre o trabalho das mãos indígenas e da mediação cultural entre a cultura europeia e culturas indígenas locais. O papel dessas elites foi crucial na definição das políticas de exploração e ocupação do território amazônico, influenciando diretamente a formação do complexo econômico regional, as relações com as populações indígenas e a forma como a Amazônia se integrou ao império português e, posteriormente, ao Brasil independente. No entanto, é importante notar que o poder dessas elites não era absoluto

---

<sup>52</sup> Este item contou com a colaboração dos bolsistas de iniciação científica Rafaela Miranda Alves e Felipe Caldas Pamplona, estudantes da Faculdade de Economia da UFPA.



ou incontestado, enfrentando desafios constantes como conflitos com grupos indígenas resistentes à colonização, disputas internas por poder e recursos, e ocasionalmente, tensões com a própria Coroa portuguesa, quando os seus interesses divergiam.

Conforme abordado, a Amazônia colonial portuguesa destacava-se como um território com características singulares na América portuguesa. Sua economia, até meados do século XVIII, estava fortemente baseada na atividade extrativista e dependia da mão-de-obra indígena, o que influenciou a formação de uma elite local particular. Nesse sentido, cabe destacar que as formas de controle sobre a violência na região corresponderam as suas singularidades, como a constante ameaça de conflitos envolvendo a aquisição de escravos e a manutenção de territórios de produção (Mello, 2013).

Nesse interim, um dos principais alvos no cenário de violência e controle eram as comunidades tradicionais existentes. Com o intuito de proteger os seus interesses e garantir a hegemonia, as autoridades coloniais implementaram mecanismos rigorosos, como as Juntas das Missões<sup>52</sup>, que tinham o papel de legitimar as “guerras justas” e os resgates contra os indígenas rebeldes para assegurar a expansão colonial. Tal resgate era uma prática legal de escravização, defendida até por quem apoiava a liberdade indígena. O argumento era que, ao comprar indígenas prisioneiros de outras tribos, os portugueses os salvavam de um destino cruel, como ser devorados por tribos antropófagas. Em troca dessa “salvação”, os resgatados eram obrigados a trabalhar para seus compradores até quitarem o custo do resgate, com o tempo de cativo variando conforme o valor pago (Mello, 2009).

Embora essa prática fosse legalmente aceita, houve momentos em que a legislação proibiu todas as formas de cativo indígena, como a lei de 1º de abril de 1680. No entanto, pedidos constantes para reabrir os sertões ao resgate surgiam, com justificativas como a necessidade de escravos para o trabalho e as perdas financeiras da Coroa devido à ausência de taxas sobre a venda de escravos resgatados (Mello, 2009). Além disso, a concessão de sesmarias, feita exclusivamente pelos governadores, estava diretamente ligada à participação nas campanhas militares contra os indígenas (Chambouleyron, 2012).

Colonos e clérigos frequentemente entravam em conflito, com os colonos aproveitando brechas legais para garantir a força de trabalho indígena, apesar do poder jurisdicional dos clérigos sobre os nativos. As reformas pombalinas, como a extinção da escravidão indígena e a transformação dos indígenas em vassallos do rei, junto com a expulsão dos jesuítas e a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, trouxeram mudanças significativas na região (Mello, 2009). Uma das principais mudanças é o aumento da mão de obra negra.

A introdução da mão de obra africana na Amazônia colonial começou com os ingleses no final do século XVI, especialmente no extremo norte do Brasil, para o cultivo da terra (Reis, 1961). A presença africana na Amazônia não se restringiu apenas ao aspecto econômico, mas envolveu complexas relações sociais. As fugas de escravos eram frequentes, levando moradores e autoridades a organizar expedições para capturar os fugitivos, utilizando soldados e indígenas como guias nas vastas florestas. Muitos escravos que conseguiam escapar formavam mocambos, comunidades de resistência que frequentemente incluíam tanto negros quanto indígenas (Barbosa, 2014). Logo, esses grupos se uniram por interesses comuns, mas também enfrentavam situações em que indígenas, recrutados para serviços militares, combatiam os mocambos, ou, em outros casos, se uniam aos escravos africanos nas fugas.

52 “A Junta das Missões se constituía num juízo superior, encarregado de julgar as causas relativas às guerras e àquelas relativas à liberdade dos índios, que viessem por agravo ou apelação do Juízo das Liberdades (Ouvidoria). Havia duas Juntas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, uma que funcionava em Belém e a outra que funcionava em S. Luís” (Leão, 2011, p.1).

A Coroa Portuguesa, preocupada com o controle sobre negros e mulatos, aumentou a repressão. Em 1740, por exemplo, o governador João de Abreu Castelo Branco proibiu que escravos e outros grupos racializados andassem armados ou portassem cacetes e violas, punindo os infratores com prisão e açoites. As relações entre africanos e indígenas na Amazônia colonial foram complexas, envolvendo tanto cooperação quanto conflito.

Para garantir sua proteção e consolidar o poder, a elite local também se utilizava de redes de parentesco e alianças matrimoniais, além de ocupar cargos públicos estratégicos, acessíveis apenas aos que possuíam certas qualidades nobres e “pureza de sangue”, distinguindo-os dos demais habitantes. Essa estrutura reforçava a hierarquia social e assegurava a manutenção do poder entre as famílias que dominavam a região. Ademais, o acesso aos cargos políticos na Amazônia colonial estava profundamente enraizado em normas legais e sociais que privilegiavam determinados grupos da sociedade (MELLO, 2013).

O legado dessas elites coloniais na Amazônia foi duradouro e complexo, responsável pelo estabelecimento de estruturas econômicas e sociais que persistiram muito além do período colonial, mas também contribuindo para a formação de desigualdades sociais e econômicas profundas que hoje caracterizam a região. O período colonial na Amazônia caracterizou-se por uma significativa concentração de poder nas mãos de uma elite específica, em detrimento de outros grupos sociais. Ao longo desse período, ocorreram práticas de corrupção, patrimonialismo, captura de renda e uso em proveito próprio do aparato estatal no que concerne ao controle da violência, fatos que foram determinantes na modelagem da dependência da trajetória amazônica.

## CONCLUSÃO

A compreensão do processo de formação institucional da Amazônia colonial torna-se importante para discernir a raiz do subdesenvolvimento regional. Por meio desse olhar histórico, pode-se desvelar os determinantes originários de sua dependência de trajetória. Destarte, este artigo teve por finalidade analisar a dinâmica econômica prevalecente na Amazônia colonial, procurando entender a forma de participação das elites e como elas influenciaram o Estado a limitar o acesso ao sistema econômico, promovendo a modelagem de uma ordem de acesso limitada. Trata-se de um ensaio inicial. Nesse sentido reconhece-se que há, ainda, a necessidade de aprofundamento da pesquisa em alguns pontos.

A formação institucional da Amazônia colonial conduziu a conformação de uma ordem social de acesso limitado (OAL) na qual a elite de migrantes portugueses, formada por burocratas governamentais estabelecidos na colônia, religiosos, comerciantes e militares – associada com os interesses da Coroa portuguesa, do estamento burocrático governamental da metrópole e dos comerciantes da metrópole –, controlava os recursos e a governança regional, impondo, inclusive, limitações de acesso. Bons exemplos podem ser extraídos: (i) do exclusivismo comercial da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; (ii) da concentração do controle das terras nas mãos de poucos pelo regime das sesmarias; (iii) do poder das ordens religiosas sobre os aldeamentos indígenas; (iv) da expulsão dos jesuítas.

O legado histórico colonial, com destaque para a sua matriz institucional, da qual elementos como patrimonialismo, personalismo, individualismo e fisiologismo mostraram-se não apenas presentes, mas dominantes, moldou a dependência de trajetória regional. Nesse contexto, os interesses das elites coloniais e da metrópole, ao lado da cultura colonial híbrida que se constituiu entre portugueses e indígenas e das instituições extrativas

modeladas no espaço colonial, foram determinantes para a consolidação de uma dinâmica econômica assentada no extrativismo florestal das drogas do sertão com forte exploração da força de trabalho (indígenas em maior escala, mas também africanos), e o emprego de poucos recursos tecnológicos e industriais.

Nesse processo, a influência política da Coroa favoreceu a apropriação da renda colonial pelas elites coloniais e da metrópole. Ou seja, interesses políticos e econômicos associados atuaram numa contínua dinâmica de captura da renda regionalmente gerada (*rent-seeking*) mediante a troca de interesses (*logrolling*), ao mesmo tempo em que condenaram a região a uma posição reflexa de macrodecisões externas.

Convém destacar que no caso da colônia do Grão-Pará e Maranhão, ou seja, da Amazônia colonial, o Estado, de certa forma, precedeu a sociedade. É fato que antes da chegada dos europeus já havia na região uma multiplicidade de sociedades indígenas heterogêneas. A sua maioria foi exterminada e desestruturada no decorrer do processo de ocupação territorial e formação da colônia. Assim, a sociedade colonial foi modelada diretamente pelos interesses e pela ação do Estado português, associados aos dos comerciantes e religiosos, o que nos leva a afirmar que o Estado colonial não foi fruto de um processo histórico e social, mas indutor do processo de formação do complexo social colonial. Os interesses do Estado português estavam relacionados a posse, controle e exploração do território amazônico. Os da elite comercial com o lucro advindo do comércio. E os dos religiosos relacionados diretamente com a expansão da fé católica. Esses interesses atuaram de forma associada, limitando as condições de ingresso na ordem social colonial por meio do controle do acesso às atividades comerciais, aos recursos econômicos (terra, capital e trabalho) e aos serviços religiosos. Havia, portanto, concentração de poder e recursos e, conseqüentemente, a concessão de privilégios e monopólios econômicos.

Como resultado, ocorreu a formação de uma sociedade estamental profundamente hierarquizada, uma ordem de acesso limitada que consolidou um sistema extrativista de controle e exploração dos recursos florestais, convém insistir, induzido pelos interesses do Estado e das elites religiosa, militar e econômica (formada por comerciantes que exploravam o comércio das drogas do sertão). Por outro lado, a maior parte da sociedade colonial permaneceu a margem dos ganhos econômicos, sem possibilidade de lograr mobilidade social.

A atuação do Estado foi determinante na formação da economia colonial, assentada na exploração e exportação das drogas do sertão impondo restrições, dando privilégios e regulando o mercado, para garantir os interesses da Coroa portuguesa<sup>53</sup>. Destarte, enquanto a maior parte da sociedade colonial manteve-se excluída dos ganhos econômicos, as elites (regionais e da metrópole) e o Estado português foram beneficiados.

Assim, seguindo a tendência de transmissão intergeracional das características culturais e institucionais, e como não houve nenhuma ruptura institucional no decorrer da história da Amazônia, trancou a dependência de trajetória. Não por acaso, a história da Amazônia continua marcada por uma lógica extrativista geradora do paradoxo crescimento econômico, pela via das exportações de *commodities* (agrícolas e minerais), porém com indução da pobreza e da vulnerabilidade social.

<sup>53</sup> Abramovay (2020) explora as limitações e barreiras no acesso aos recursos econômicos, como terra, trabalho e capital, durante o período colonial na Amazônia. O autor discute como a estrutura econômica da região foi fortemente condicionada pela presença de monopólios estabelecidos pela coroa portuguesa, que restringiam o acesso a esses recursos às elites coloniais e aos grupos favorecidos politicamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. *The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation*. American Economic Review, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, dez. 2001.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *The narrow corridor: states, societies, and the fate of liberty*. New-York: Penguin Books, 2020.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. London: Profile Books, 2012.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Economic origins of dictatorship and democracy*. New York: Cambridge University Press, 2006.

BARBOSA, B. C. C. Africanos na Amazônia Colonial: Notas sobre Fugas, Mocambos e Insolências nas Terras do Grão-Pará e Maranhão (1707-1750). *Revista TransVersos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-20, 1 out. 2014.

CHAMBOULEYRON, R. *Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)*. In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, 2012, Lisboa. Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Edição digital. Lisboa: IICT/CDI, 2012. v. 1. p. 1-12.

COSTA, E.J.M. *Cultura, Instituições e Desenvolvimento*. Cadernos CEPEC, Belém, 11(1): 01-23, Jan./Jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/13458/pdf>. Acesso em: 22/04/2024.

COSTA, E.J.M. *A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglas North*. *Revista Nova Economia*, v.29, Número Especial, p.1359-1385, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/GCGHQVvBsBSGZtfvZXtBnbH/>. Acesso em: 18/03/2024.

COSTA, E.J.M.; BORBA, D. A. *A Teoria das Ordens Sociais: uma abordagem inovadora para a análise da historiografia econômica*. XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16ª Conferência Internacional de História de Empresas. Osasco, 06 a 08 de setembro de 2023a. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/abphe2023/anais/eduardojose.pdf>. Acesso em: 18/03/2024.

COSTA, E.J.M.; BORBA, D. A. *A Teoria das Ordens Sociais: uma abordagem inovadora para a análise do desenvolvimento regional*. XXI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Belém do Pará, 25 a 27 de outubro de 2023b.

COX, Gary W.; NORTH, Douglass C.; WEINGAST, Barry R. The violence trap: A political-economic approach to the problems of development. *Journal of Public Finance and Public Choice*, v. 34, n. 1, p. 3-19, 2019.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LEÃO, Â. S. *O cotidiano de decisões das Juntas das Missões e a resistência indígena*. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. ANPUH, 2011.

LIMA, S. E. M.; COUTINHO, M. C. S. *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.



MELLO, M. E. A. S. *Perspectivas sobre a “nobreza da terra” na Amazônia colonial*. Revista de História, São Paulo, n.168, p.26-68, 2013. DOI:10.11606/issn.2316-9141.voi168p26-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59143>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MELLO, M. E. A. S. *Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUFAM, 2009.

MIRANDA, E. E. *Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. Violence and the rise of open-access orders. *Journal of democracy*, v. 20, n. 1, p. 55-68, 2009a.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. *Violence and Social Order: a conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry. *A conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: NBER Working Paper Series, 2006. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w12795>. Acesso: 15 jul. 2021.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. *The natural state*. National University of Singapore: Lee Kuan Yew, 2005.

NORTH, Douglass C. et al. *In the shadow of violence: Politics, economics, and the problems of development*. Cambridge University Press, 2013.

NORTH, Douglass C. et al. *Limited Access Orders: Rethinking the Problems of Development and Violence*. Working Paper, Hoover Institution, Stanford University, 2012. Disponível em: [https://web.stanford.edu/group/mcnollgast/cgi-bin/wordpress/wp-content/uploads/2013/10/Limited\\_Access\\_Orders\\_in\\_DW\\_-II\\_-2012.0310.print-version.13.1220.pdf](https://web.stanford.edu/group/mcnollgast/cgi-bin/wordpress/wp-content/uploads/2013/10/Limited_Access_Orders_in_DW_-II_-2012.0310.print-version.13.1220.pdf). Acesso: 10 jan. 2023.

NORTH, Douglass C et al. *Limited Access Orders in the Developing World: A New Approach to the Problems of Development*. World Bank, Policy Research working paper n. WPS 4359, 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1015978>. Acesso: 09 mar. 2021.

NORTH, D.C. *Understanding the process of economic change*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

NORTH, D.C. *Desempenho econômico em el transcurso de los años*. Estocolmo: (s.n.), Conferência de Douglass North em Estocolmo, Suécia, 09 de dezembro de 1993. Disponível em: <<https://www.azc.uam.mx/publicaciones/etp/num9/a2.htm>>. Acesso em: 14 de Dezembro de 2018.

NORTH, D.C. *Institutions, institutional change, and economic performance – political economy of institutions and decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PIMENTEL, M. C. O Mito de Portugal nas suas Raízes Culturais. In: MATOS, A. T.; LAGES, M. F. (coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade*. Vol. 3, p. 7-52. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008.

REIS, A. C. F. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Secult, 1993.

REIS, A. C. F. *O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia*. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, vol. V, II parte, 1961.

SARAIVA, A. J. *As Épocas da Cultura Portuguesa*. In.: *A Cultura em Portugal: Teoria e História*, I. Lisboa: Gradiva, 1994.